

Questão Discursiva 02970

Otávio, maior e capaz, frequentava determinado bar e, regularmente, jogava sinuca com Carlos, também maior e capaz. Em uma das partidas, eles se desentenderam e Otávio, com a intenção de matar Carlos, aplicou-lhe dois golpes com uma faca, ferindo-o e fazendo-o sangrar. Imediatamente, o dono do bar e outras pessoas presentes no estabelecimento detiveram o autor do delito, acionaram a polícia e chamaram uma ambulância, que conduziu o ferido após os primeiros socorros terem sido prestados. No deslocamento para o hospital, a ambulância colidiu com um caminhão e, em razão exclusivamente da colisão, todas as pessoas que estavam na ambulância faleceram instantaneamente.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo destacando as teorias da relação de causalidade previstas no Código Penal e a teoria de causalidade aplicável à conduta de Otávio no que se refere ao falecimento de Carlos.

Resposta #005541

Por: JUSSARA LOURRAINY FREDERICO LAN 29 de Julho de 2019 às 22:25

O artigo 13, **caput**, do CPB traz a Teoria da Relação de Causalidade denominada teoria da **EQUIVALÊNCIA DOS ANTECEDENTES** ou teoria da **CONDITIO SINE QUA NON**, por esta, entende-se como causa todo e qualquer acontecimento provocado pelo agente, sem o qual, o resultado não teria ocorrido, pelo menos, quando e como ocorreu. Destaca-se, que tal teoria é considerada como regra em nosso ordenamento jurídico, a qual abarca as causas preexistente e concomitante.

Lado outro, o artigo 13, **§1º**, do CPB é encarado como exceção e revela a teoria da **CAUSALIDADE ADEQUADA**, por meio da qual entende-se como causa todo e qualquer comportamento humano eficaz para produzir o resultado. Nesse caso, aplica-se quando há uma causa superveniente, relativamente, independente.

Ainda, no artigo 13, **§2º**, do CPB a teoria é a da **CAUSALIDADE NORMATIVA**, ou seja, decorre apenas da norma, uma vez que o agente responderá pelo resultado, mesmo que, naturalisticamente, não tenha dado causa a ele - imputação ao agente garantidor.

No presente caso, a teoria aplicável à conduta de Otávio quanto ao falecimento de Carlos é a da **CAUSALIDADE ADEQUADA**, considerando que o acidente ocorreu após a conduta de Otávio, e que Carlos só estava na ambulância porque levou as facadas, mas foi a colisão que o matou.

Portanto, Otávio queria matar, como excluímos a imputação pelo resultado morte, ele responderá apenas pela tentativa de homicídio.

Resposta #005456

Por: Mayara Soares dos Santos 30 de Maio de 2019 às 13:53

reclusão, de 3 a 8 anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas).

§ 1º Nas **mesmas penas** incorre **quem impede** ou, de qualquer forma, embaraça a **investigação** de infração penal que envolva organização criminosa.

§ 2º As **penas aumentam-se até a metade** se na atuação da organização criminosa **houver emprego de arma de fogo**.

§ 3º A **pena é agravada** para quem exerce o **comando, individual ou coletivo**, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução.

§ 4º A pena é **aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços)**:

I - se há **participação de criança ou adolescente**;

II - se há **concurso de funcionário público**, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal;

III - se o **produto ou proveito** da infração penal **destinar-se**, no todo ou em parte, **ao exterior**;

IV - se a organização criminosa **mantém conexão** com outras organizações criminosas independentes;

V - se as circunstâncias do fato evidenciarem a **transnacionalidade da organização**.

§ 5º Se houver **indícios suficientes de que o funcionário público integra** organização criminosa, **poderá o juiz** determinar seu **afastamento cautelar do cargo, emprego ou função**, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.

§ 6º A **condenação** com trânsito em julgado, acarretará **ao funcionário público a perda do cargo função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício** de função ou cargo público **pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena**.

§ 7º Se houver **indícios de participação de policial** nos crimes de que trata esta Lei, a **Corregedoria de Polícia instaurará inquérito policial e comunicará ao Ministério Público**, que designará membro para acompanhar o feito até a sua conclusão.

Consumação:

Consuma-se o delito com a **societas criminis**, sendo indispensável estrutura ordenada com divisão de tarefas. **Infração permanente, a sua consumação se protraí enquanto não cessada a permanência.**

CAPÍTULO II - DA INVESTIGAÇÃO E DOS MEIOS DE OBTENÇÃO DA PROVA

Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova:

I - colaboração premiada; (Exige posterior homologação judicial)

II - captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; **(O inciso não se restringe à ação das organizações criminosas, podendo ser aplicada para qualquer tipo de associação).**

- **Captação de sinais eletromagnéticos, ópticos** (filmagens e fotografias);
- **Acústicos** (gravação ambiental de uma conversa entre pessoas presentes).

A captação ambiental ou vigilância eletrônica, consiste na obtenção de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos - é a participação de um terceiro, que passa a ter ciência do conteúdo de comunicação entre duas ou mais pessoas, geralmente sem o conhecimento dos interlocutores".

Resposta #006554

Por: **Anna Luiza de Carvalho Lorentino** 5 de Abril de 2021 às 14:03

marcando como lida (controle interno) marcando como lida (controle interno)

Resposta #007100

Por: **Sniper** 20 de Junho de 2022 às 14:59

O Código Penal Brasileiro no art. 13 adotou a Teoria da Equivalência dos Antecedentes, o qual considera crime toda conduta indispensável ao resultado e que foi querida pelo agente.

Na concausa, que é uma circunstância paralela que contribui para a produção do resultado o Código Penal adotou a Teoria da Causalidade Adequada. Se subdivide-se em dois tipos absolutamente independentes e relativamente independente.

No caso concreto, é claro que trata-se de concausa absolutamente independente superveniente, o que significa dizer que o Código Penal será aplicado ao atos já praticados por Otávio, no entanto não responderá pelo resultado decorrente da concausa. Logo, ele só responderá pela tentativa de homicídio.